



<b>PKS</b> PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT	<b>REVISTA DE GEOGRAFIA</b> Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE	<b>OJS</b> OPEN JOURNAL SYSTEMS
<a href="https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia">https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia</a>		

## Psicosfera e representação política na fronteira do capital

Alexandre Eduardo Santos<sup>1</sup> - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7567-0450>

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Primavera do Leste, Brasil\*

*Artigo recebido em 05/11/2024 e aceito em 06/05/2025*

### RESUMO

A legitimação do poder local via município põe uma questão central: como os usos do território e o domínio da psicosfera influenciam a representação política e determinam a eleição de agentes políticos locais? Assim, esse texto tem como objetivo relacionar o domínio da psicosfera, a representação política e as eleições em área de fronteira do capital. As eleições de 2020 foram tomadas como referência principal de dados em razão de expressarem a atualidade de uma representação política historicamente construída na região. Para caracterizar o perfil dos agentes políticos da região, foram consideradas as seguintes variáveis: gênero; cor e raça; origem; escolaridade; profissão; patrimônio e segmento dos bens declarados; filiação partidária e coligações; e investimento na campanha eleitoral. As análises revelaram que a dimensão corporativa do território usado pelo agronegócio no Araguaia/Xingu-MT da representação política na região. As eleições legitimam a subordinação do poder político ao poder econômico na representação política. O perfil médio dos prefeitos eleitos dos municípios Araguaia/Xingu-MT em 2020 revela a hegemonia do poder econômico forjado no latifúndio e na economia política do agronegócio.

**Palavras-chave:** território usado; agronegócio; eleições; Araguaia/Xingu-MT.

## Psychosphere and political representation on the frontier of capital

### ABSTRACT

The legitimation of local power via the municipality poses a central question: how do the uses of the territory and the domination of the psychosphere influence political representation and determine the election of local political agents? Thus, this text aims to relate the domain of the psychosphere, political representation and elections in the frontier area of capital. The 2020 elections were taken as the main data reference because they express the relevance of a political representation historically constructed in the region. To characterize the profile of political agents in the region, the following variables were considered: gender; color and race; origin; schooling; profession; assets and segment of declared assets; party affiliation and coalitions; and investment in the electoral campaign. The analyses revealed that the corporate dimension of the territory used by agribusiness in Araguaia/Xingu-MT of political representation in the region. Elections legitimize the subordination of

\* Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Jataí. Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Primavera do Leste. E-mail: [ale.edu.geo@gmail.com](mailto:ale.edu.geo@gmail.com).

political power to economic power in political representation. The average profile of the elected mayors of the Araguaia/Xingu-MT municipalities in 2020 reveals the hegemony of the economic power forged in the latifundio and in the political economy of agribusiness.

**Keywords:** territory used; agribusiness; elections; Araguaia/Xingu-MT.

## **Psicosfera y representación política en la frontera del capital**

### **RESUMEN**

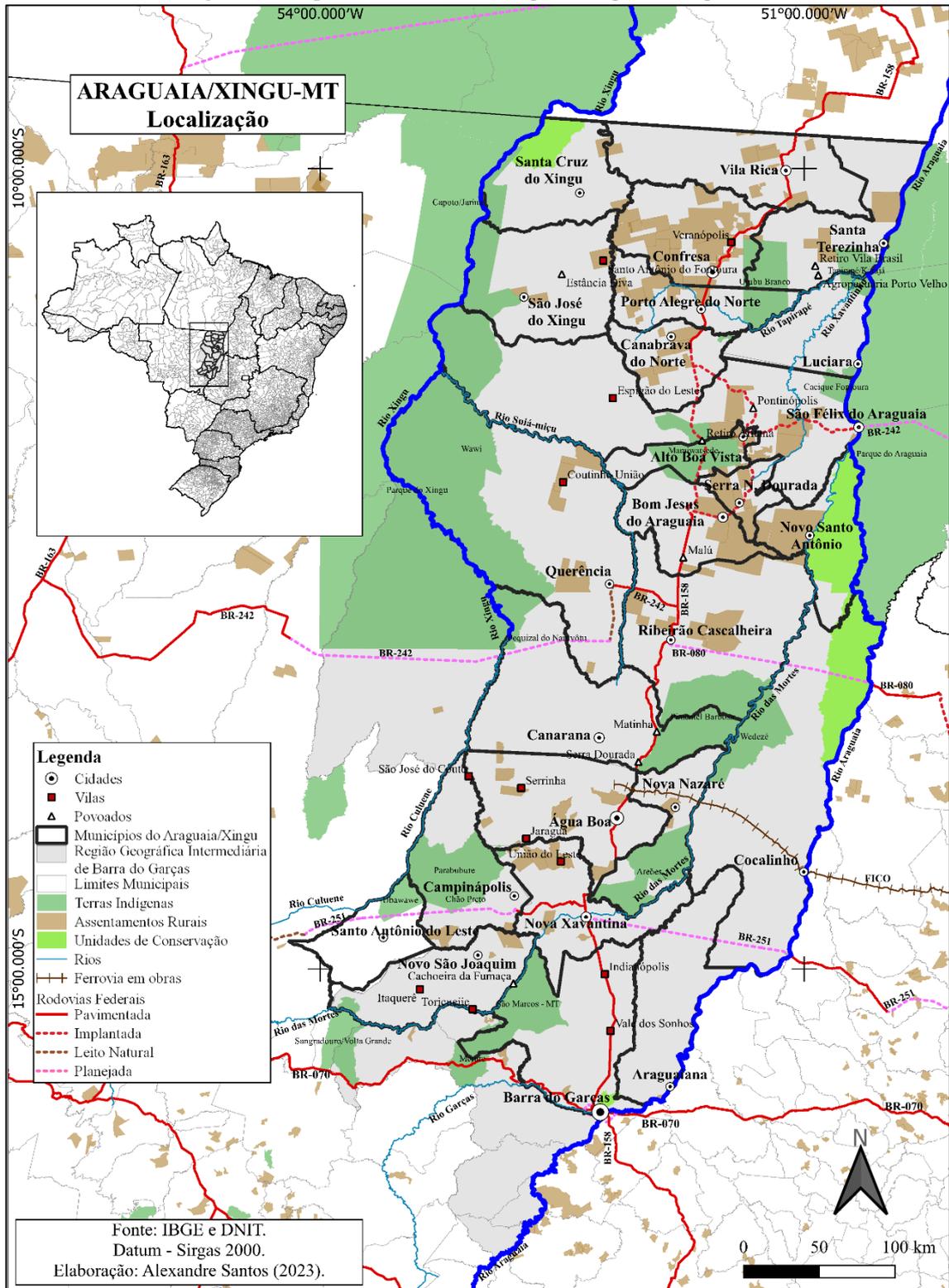
La legitimación del poder local a través del municipio plantea una pregunta central: ¿cómo influyen los usos del territorio y la dominación de la psicosfera en la representación política y determinan la elección de los agentes políticos locales? Así, este texto pretende relacionar el dominio de la psicosfera, la representación política y las elecciones en el ámbito fronterizo del capital. Las elecciones de 2020 fueron tomadas como principal dato referencial porque expresan la relevancia de una representación política históricamente construida en la región. Para caracterizar el perfil de los agentes políticos de la región se consideraron las siguientes variables: género; color y raza; origen; escolarización; profesión; activos y segmento de activos declarados; afiliación partidista y coaliciones; y la inversión en la campaña electoral. Los análisis revelaron que la dimensión corporativa del territorio utilizado por el agronegocio en Araguaia/Xingu-MT de representación política en la región. Las elecciones legitiman la subordinación del poder político al poder económico en la representación política. El perfil promedio de los alcaldes electos de los municipios de Araguaia/Xingu-MT en 2020 revela la hegemonía del poder económico forjado en el latifundio y en la economía política del agronegocio.

**Palabras clave:** territorio utilizado; agronegocio; elecciones; Araguaia/Xingu-MT.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho se insere no contexto da tese defendida por Santos (2023) de que a municipalização do território é indispensável para a expansão da fronteira capitalista e do seu conjunto de contradições. Esse movimento não ocorre isoladamente e nem se encerra quando ocorre a fragmentação. Trata-se de um processo mais amplo e contínuo, no qual o município potencializa sua condição de ente federado por um conjunto de processos permanentes: 1) a intensificação dos usos corporativos das terras e do território; 2) a fragmentação do território; 3) e a estruturação do poder local. No âmbito do terceiro processo analisado em que se explorou a estruturação do poder local no território municipalizado, evidenciou-se o uso do município como recurso de poder no processo de expansão da fronteira capitalista. A pesquisa direcionou atenção a uma das regiões em que a fronteira do capital se expande a partir do setor agropecuário: o Araguaia/Xingu-MT (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização da região Araguaia/Xingu-MT.



Organização do autor.

Os 25 municípios que compõem a região localizam-se numa área de transição dos biomas Cerrado e Amazônia, entre as bacias dos rios Araguaia e Xingu, por onde passa o trecho mato-grossense

da rodovia federal BR-158. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população desses municípios variou entre 1.800 (Serra Nova Dourada) e 69.210 (Barra do Garças), totalizando 348.252 habitantes.

Região em que se encontra a maior fazenda do Brasil, ao mesmo tempo em que abriga mais de 20 etnias dentro e fora de 18 Terras Indígenas, além de cerca de 20 mil famílias nos mais de 90 projetos de assentamento rurais e outros grupos sociais. Nas últimas décadas, esse conjunto de municípios vem se estruturando como uma região produtiva do agronegócio (Elias, 2022), especializando-se na produção de soja, de milho e de carne bovina.

O território é usado (Santos, 1996, 2000, 2007) sob a hegemonia corporativa determinando os usos das terras como recurso. Assim, “a fronteira constitui um espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado” (Becker 1984, p. 67) e o movimento de expansão da fronteira capitalista se dá a partir dos usos corporativos do território com a inserção de novas áreas à divisão internacional do trabalho comandada pelos países centrais. Nesse movimento, os municípios assumiram funções indispensáveis para a expansão da fronteira do capital no Cerrado e na Amazônia. Logo, criar municípios e se apropriar da estrutura do Estado em escala local é uma das estratégias principais dos agentes que conduzem esse processo.

A legitimação do poder local via município põe uma questão central: como os usos do território e o domínio da psicosfera influenciam a representação política e determinam a eleição de agentes políticos locais? Dessa forma, o texto tem como objetivo relacionar o domínio da psicosfera, a representação política e as eleições em área de fronteira do capital.

Para alcançar o objetivo, além dos autores do campo da Geografia, dialogou-se com pesquisadores da Ciência Política e da Sociologia. Como fonte de comprovação dos argumentos, organizou-se um banco de dados coletados na plataforma *Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referente aos pleitos realizados no Araguaia/Xingu-MT a partir do ano 2000, especialmente das eleições municipais de 2020 e das eleições gerais de 2022. Para caracterizar o perfil dos agentes políticos da região, sobretudo os prefeitos, foram consideradas as seguintes variáveis: gênero; cor e raça; origem; escolaridade; profissão; patrimônio e segmento dos bens declarados; filiação partidária e coligações; e investimento na campanha eleitoral. Ademais, foram realizados trabalho de campo e acompanhamento sistemático das contas públicas nas redes sociais dos

agentes políticos com atuação na região, dos partidos políticos, das instituições municipalistas, dos jornais e das mídias independentes locais e regionais.

Com vistas a entender a influência da psicosfera (Ribeiro, 1991; Santos, 1996) – entendida como a dimensão ideológica do território usado –, na representação política e nas eleições, buscou-se relacionar as ideologias neoliberais com os usos corporativos das terras e do território sob a hegemonia da economia política do agronegócio (Delgado, 2012) e os resultados das eleições. Assim, o texto foi organizado em duas partes, na primeira discute-se os aspectos da democracia brasileira, da psicosfera e da representação política na fronteira. Na segunda parte, são analisados os dados das eleições municipais e gerais no Araguaia/Xingu-MT que determinam a representação política nas áreas de expansão da fronteira do capital.

## **DEMOCRACIA NEOLIBERAL, PSICOSFERA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA FRONTEIRA**

Entender a composição e a força do poder local dos municípios no movimento de expansão da fronteira capitalista requer a compreensão do perfil dos agentes políticos que “representam” suas populações. Conseqüentemente, a representação política é o elemento determinante na composição do grupo político que acessa o município como recurso de poder. Partindo desse raciocínio, cabe reconhecer que a relação entre os usos do território e representação política no Brasil se dá sob uma vertente hegemônica de democracia alicerçada no neoliberalismo.

Além de neoliberal e reducionista (Chauí, 2020), a concepção de democracia amplamente difundida na sociedade brasileira se arraiga num elitismo que “pode ser descrito como a crença de que a igualdade social é impossível, de que sempre haverá um grupo naturalmente mais capacitado detentor dos cargos de poder” (Miguel, 2014, p. 30).

Miguel (2014) sinalizou uma incompatibilidade entre o significado etimológico da democracia como “governo do povo” e a ideia de democracia ligada ao processo eleitoral como forma de escolha dos governantes, ressaltando que mais importante do que isso “é o fato de que, em nenhum dos regimes aceitos hoje como democráticos, o povo realmente governa. As decisões políticas são tomadas por uma minoria fechada, via de regra mais rica e mais instruída do que as cidadãs e os cidadãos comuns, e com forte tendência à hereditariedade” (p. 28). Logo, a representação política tende a se limitar a uma representação eleitoral. As visões correntes da representação política também estão

centradas no voto e na dimensão do exercício do poder em que se escolhe os agentes que tomem as decisões em nome do povo (Miguel, 2014).

Milton Santos (2001, p. 54) demarcou que, na década de 1980, pós-esgotamento da ditadura militar, instalou-se no país uma democracia neoliberal que guardou os vícios advindos de sua origem e sustenta um regime representativo falsificado. O autor a caracteriza como “democracia de mercado e amesquinhada como eleitoralismo” que é leva ao “empobrecimento do debate de ideias e a própria morte da política” (Santos, 2001, p. 137).

Frente a isso, compreende-se que a instituição da democracia, no Brasil, limitou-se ao processo eleitoral e à competição entre os agentes e grupos hegemônicos pelo uso do Estado federado na expansão e na reprodução do capital. Especialmente nas áreas de fronteira esse fenômeno se dá de forma mais acentuada, negando qualquer ideal democrático que sugira o rompimento com esse viés eleitoral e contemple as dimensões econômica, política e social com vistas à realização plena da cidadania.

Observa-se que a superação do modelo instituído não é de interesse do poder hegemônico, haja vista que o ideal democrático é “incompatível com os sistemas socioeconômicos baseados na dominação e na exploração das majorias pelas minorias. Mais concretamente, é incompatível com o capitalismo ou qualquer outro tipo de sociedade classista” (Martins, 1994, p. 9-10).

Ademais, constata-se que a democracia instituída, ao legitimar – pelo voto – a representação política, contribui para que a classe trabalhadora, de forma inconsciente, ratifique o interesse dos mais ricos, ao elegê-los como seus representantes. Isso, porque, conforme apontou Lima (2007, p. 111) a representação política “refere-se a um mecanismo que se instaura na trama da legitimação do poder ou de um poder”. Dessa maneira, “as preferências políticas dos mais ricos são direta e explicitamente subvencionadas pelo restante da população” (Piketty, 2020, p. 859). E, nessa conjuntura descrita, Miguel (2014) enfatizou que a eleição possui destaque absoluto já que, em sua natureza bifronte, é “o episódio fundador e, ao mesmo tempo, a meta orientadora da relação entre representantes e representados” (Miguel, 2014, p.118).

Consequentemente, a necessidade de representação política coloca um conjunto de problemas que sustentam a democracia neoliberal-elitista, figurando-se como “um mecanismo crucial para a manutenção do conflito social em níveis manejáveis (Miguel, 2014, p. 97). Ao analisar a dinâmica da representação política e suas assimetrias inerentes à sociedade, Miguel (2014) destacou quatro

problemas fundamentais, estreitamente ligados entre si: a separação entre governantes e governados; a formação de uma elite política distanciada da massa a população; a ruptura do vínculo entre a vontade dos representados e a vontade dos representantes; a distância entre o momento os compromissos de campanha eleitoral e o exercício do mandato.

Quando se pensam as fronteiras, esse conjunto de problemas viabilizadores da manutenção da democracia neoliberal-elitista, na qual o povo transmite a legitimidade ao poder político, ocorre associado à particularidade de que as elites locais e regionais se encontram em plena formação. Isso, porque, no período atual, o movimento de expansão da fronteira do capital, é o próprio movimento de expansão das ideologias neoliberais.

Piketty (2020, p. 13) considerou as ideologias “em suas dimensões a um só tempo sociais, econômicas e políticas. Uma ideologia é uma tentativa mais ou menos coerente de trazer respostas a um conjunto de questões extremamente amplas envolvendo a organização desejável ou ideal da sociedade”. Nesse sentido, as ideologias e o poder ideológico possuem referências essencialmente territoriais e promovem a soldagem entre as demais dimensões do poder. Na fronteira, os conflitos ideológicos determinam os conflitos territoriais, uma vez que

emergem valores morais, estéticos, vinculados a novos estilos de vida, implicando em novas regras, novos tempos e usos do território. Novas regras associadas aos mecanismos de reprodução do poder; novos tempos em função de uma nova eficiência dos mesmos com novos elementos de controle; novos usos do território traduzidos na eficiência técnica e de saberes, que potencializa o trabalho, associada à dotação de capital e poder, com normas estabelecidas, resultando em destruição de tempos e aumento da desigualdade, de modo a viabilizar a acumulação (Bernardes, 2009, p. 30).

Isso evidencia a força do poder ideológico nos usos do território. Reconhecendo os fundamentos essencialmente territoriais, Moraes (2005a, p. 44) chamou de ideologias geográficas aquelas que

alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São as substâncias das representações coletivas dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política.

Na fronteira, as ideologias geográficas e suas expressões territoriais se materializam na tecnosfera e na psicofera, sendo resultado e condição para a construção da hegemonia político-econômica do modo capitalista de produção. Santos (1996) elucidou que, paralelamente, e com as mesmas bases da instalação de uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, uma psicofera. A tecnosfera se adapta aos condicionantes da produção e do intercâmbio e, em geral, traduz interesses distantes. Todavia, quando se instala substituindo o meio que a precedeu, seja ele técnico

seja natural, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera se materializa como o “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (Santos, 1996, p. 255-256).

Cabe ressaltar que “tecnosfera e psicosfera são os dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contrarracionalidade, no próprio conteúdo do território” (Santos, 1996, p. 256). No mesmo sentido, Ribeiro (1991, p. 48) apontou que a psicosfera “produz a busca social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais” para consolidar o consenso da modernização autoritária no país.

Ribeiro (1991) pontuou que, no contexto do início da década de 1990, verificou-se a presença das novas tecnologias de informação e comunicação “como base indispensável da recente modernização parcial do país e, sobretudo, como parte constitutiva das formas de gestão que, atingindo em profundidade o território e a cultura, correspondem à emergência de novos mecanismos de exclusão social” (p. 54). Associando as colocações da autora com a atualidade, nota-se que os meios e as tecnologias de informação e comunicação atualizaram uma série de técnicas e de práticas políticas para garantir o controle da psicosfera.

Do coronelismo clássico ao coronelismo eletrônico (Melo e Feitosa, 2021, p. 387), as últimas eleições no Brasil já apontaram a transição para um “coronelismo digital” que opera por meio da internet e das mídias digitais. Especialmente na fronteira, onde os símbolos do progresso e da modernidade se contrapõem ao atraso e ao tradicional como mostrou Bernardes (2009), as práticas coronelistas se realizam combinando as técnicas e as estratégias do coronelismo clássico, do eletrônico e do digital dadas as desigualdades técnicas de acesso à informação. De toda forma, “o clientelismo bloqueia a prática democrática da representação – o representante não é visto como portador de um mandato dos representados, mas como provedor de favores aos eleitores” (Chauí, 2020, p.16).

O domínio da psicosfera no Araguaia/Xingu-MT tem início com a imposição do latifúndio no período da República Nova, e se desenvolve nos períodos da Ditadura Militar e da Nova República, a partir da difusão das ideologias geográficas sobre o território usado. Esse domínio é condição essencial para a construção da hegemonia neoliberal em detrimento do “apagamento” das ideologias e das territorialidades dos grupos sociais que a precedem e coexistem.

As ideologias geográficas dominantes na psicosfera assumem uma função específica no movimento de expansão da fronteira do capital, por fornecer as bases para a representação política e para a estruturação do poder local, entendida como o terceiro processo inerente à municipalização do território. Por sua vez, a representação política no âmbito dos pactos territoriais, do arranjo federativo e das políticas de descentralização motiva a fragmentação do território e legitima a estruturação do poder local via psicosfera.

## **A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NAS ELEIÇÕES NO ARAGUAIA/XINGU-MT**

O Araguaia/Xingu-MT é uma região historicamente ocupada por povos indígenas de diferentes etnias como *A'uwê-Xavante*, *Boe-Bororo*, *Iny-Karajá*, *Tapirapé*, *Kayapó*, bem como dos povos do Xingu<sup>24</sup>. Oliveira (2016, p. 272) ressaltou que a região conservou até meados do século passado “um conjunto de povos indígenas que caracterizam a área como uma espécie de ‘encontro dos troncos linguísticos’. Nela se faziam presentes povos descendentes dos Tupi, Arawak, Carib e Gê”.

A territorialização do capital e a municipalização do território no Araguaia/Xingu-MT foram forjados por uma série de políticas de Estado – Expedição Roncador-Xingu, Fundação Brasil Central e SUDAM – com vistas à integração da região aos processos produtivos globalizados. Os principais eventos relacionados aos novos usos das terras e do território que se sobrepuseram conflituosamente sobre as territorialidades indígenas, incluem a abertura da BR-158 e outras rodovias estaduais e os projetos de colonização públicos e privados que instituíram a propriedade privada da terra na região.

A pecuária bovina, além de cumprir sua função de abertura de áreas no movimento de expansão da fronteira, apresentou importante crescimento, inserindo-se no circuito espacial produtivo e se articulando verticalmente. Na agricultura, a produção de arroz teve papel semelhante ao da pecuária na abertura de áreas. Contudo, a partir dos anos 1990, a produção de commodities, especialmente de soja e de milho, avançou sobre as pastagens, aumentando significativamente a área plantada e a quantidade colhida e, conseqüentemente, aumentando a demanda por mais áreas do Cerrado e da Amazônia.

Bernardes e Lourenço (2020) afirmaram que a região

sem dúvida contém praticamente todas as características das fronteiras agrícolas modernas do cerrado nos anos 70, que podem ser traduzidas como: desobediente aos determinantes nacionais uma vez que não acumula linearmente no território nacional, mas se apropria de áreas

antes consideradas inadequadas; disponibilidade de terras a baixos preços; elevado nível técnico, proclamando-se a ‘eficiência formal’ como valor supremo; insere-se na chamada ‘globalização dos mercados’, globalização voltada para a homogeneização do planeta movida pela competitividade; os arranjos territoriais significam a coexistência conflituosa de diferentes racionalidades; a convivência do mercado de trabalho agrícola formal com relações arcaicas; a reação às formas de expansão da fronteira do agronegócio significava a criação de outras formas de fronteiras; a coexistência com estruturas tradicionais anteriores, como as terras indígenas (Bernardes e Lourenço, 2020, p. 73).

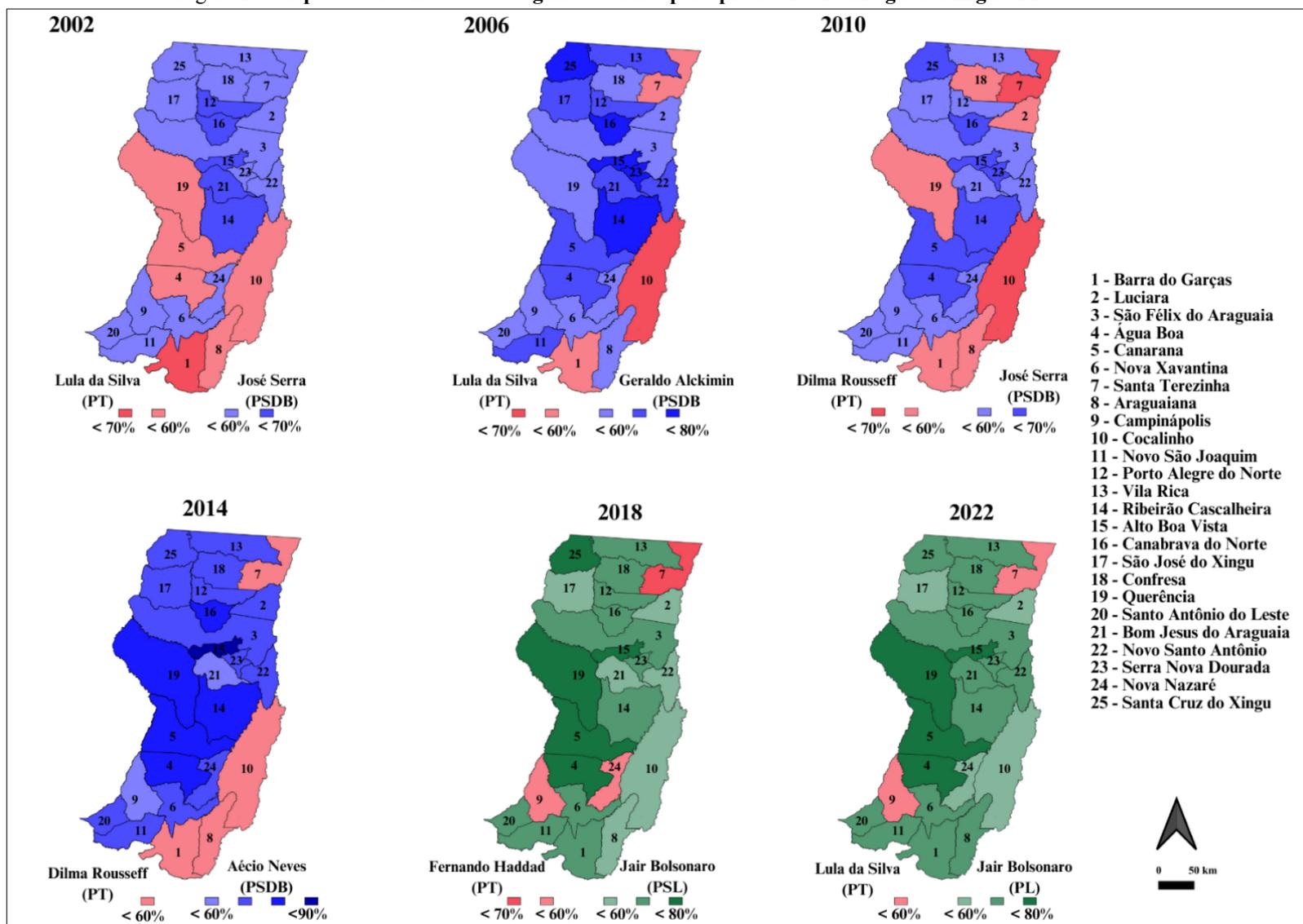
Nesse contexto profundamente contraditório, os municípios assumiram funções indispensáveis para a expansão da fronteira do capital na região. Isso porque, nos municípios – entendidos como resultado da fragmentação do território para fins políticos e administrativos –, cabe toda a complexidade territorial. Com efeito, a eleição dos representantes políticos é o meio pelo qual se dá o reconhecimento formal dos agentes e grupos sociais que acessam o Estado como recurso de poder.

Desde 2000, quando a malha municipal do Araguaia/Xingu-MT adquiriu a forma atual, foram realizadas seis eleições municipais e seis eleições gerais. Compreende-se que esses resultados dessas eleições se constituem como forte indicador das características gerais da representação política na região, bem como de como ela se constituiu ao longo dos anos. A partir dos perfis dos agentes eleitos que, ora acompanham as tendências nacionais ora apresentam as particularidades da fronteira e seus municípios de pequeno porte demográfico, é possível propor algumas generalizações que retratam a influência da psicosfera na escolha dos representantes políticos.

Tomando esse recorte do período atual, as eleições nos municípios do Araguaia/Xingu-MT expressam a difusão das ideologias neoliberais no território usado e na representação política. Entretanto, deve-se pontuar que no período atual, concretizou-se um campo político cuja representação foi historicamente construída sobre os pilares desenvolvimentistas que promovem a expansão da fronteira capitalista, denotando a continuidade da hegemonia dos agentes econômicos na política local e, diretamente, nos resultados das eleições.

Na Figura 2 se mostra os resultados dos segundos turnos das eleições presidenciais nos municípios da região, evidenciando o processo de adesão da maioria da população à direita e, sobretudo, à extrema direita a partir do impedimento do mandato de Dilma Rousseff em 2016.

Figura 2 – Mapas dos resultados dos segundos turnos para presidente no Araguaia/Xingu-MT.



Fonte: TSE. Elaboração do autor.

Nota-se que, na disputa histórica entre direita e esquerda protagonizada pelo PSDB e pelo PT, o partido dos tucanos sempre venceu na maioria dos municípios, apresentando uma incongruência com os resultados nacionais em que os petistas venceram quatro vezes consecutivamente. Entre 2002 e 2014, os candidatos do PSDB ampliaram a capilaridade de votos no Araguaia/Xingu-MT em detrimento da redução dos votos para os candidatos do PT. A construção da hegemonia da direita, nesse período, foi providencial para a guinada à extrema direita que vem sendo conduzida pelo bolsonarismo na atualidade.

Dentre os municípios com expressivo apoio à direita nas seis eleições analisadas, está São Félix do Araguaia. Abrigo territorial de Pedro Casaldáliga, principal referência na luta dos agentes e grupos sociais hegemônicos no Araguaia/Xingu-MT, o município teve fortes influências da Teologia da Libertação, que norteou a prelazia no apoio desses grupos e conduziu parte significativa das resistências na região.

Canuto (2021, p. 273) destacou que as ações pastorais da Prelazia de São Félix abrangiam um leque bastante diverso de atividades “ligadas diretamente à educação, à saúde, à cultura e chegando às diretamente ligadas ao campo político institucional” tendo como “objetivo despertar o povo, sobretudo entre os mais excluídos, a consciência de sua dignidade e de seu valor”. Entre essas ações, o Jornal Alvorada entrou em circulação na década de 1970 e se tornou referência na disputa discursiva ao denunciar a pobreza e a opressão do povo (Meneses, 2019).

Ainda que existissem lideranças locais e representantes políticos progressistas, estes lograram pouco êxito nas disputas eleitorais especialmente pela limitação dos recursos financeiros e, conseqüentemente, pelas articulações políticas insuficientes. Isso é um aspecto inerente da influência do poder econômico na eleição de representantes defensores, sobretudo, dos interesses neoliberais.

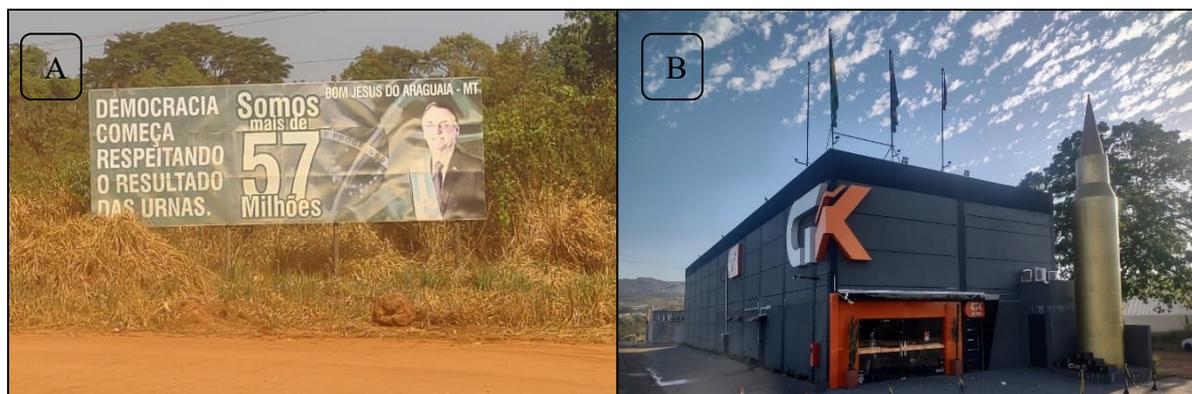
Os municípios de Água Boa, Canarana e Querência deram a maioria dos votos a Lula nas eleições de 2002, mas se tornaram os municípios com os maiores percentuais de votação em Bolsonaro nas eleições de 2018 e de 2022. Barra do Garças, o município mais populoso e, conseqüentemente, com o maior número de eleitores, registrou vitória da esquerda entre os anos de 2002 e 2014, todavia isso foi alterado de 2018 e 2022, quando mais de 60% dos votos válidos foram direcionados ao candidato da extrema-direita.

A adesão ao bolsonarismo no Araguaia/Xingu-MT é congruente com a sua expansão nas regiões produtivas do agronegócio, sobretudo nos estados da Amazônia Legal. Esse fato se associa à expansão da sojicultura e, por consequência, da psicofera dominada pelos mitos do agronegócio (ELIAS,2021), do individualismo neoliberal, do antipetismo e dos falaciosos discursos em defesa da família, da pátria e da liberdade econômica.

Malheiro (2023, p. 14) definiu o bolsonarismo como “uma racionalidade, um conjunto de comportamentos, discursos e dispositivos, é uma maneira de ver o mundo que possui bases espaciais concretas e centros de difusão, bem como, engrenagens de funcionamento e um projeto de hegemonia”. O autor elencou três processos que “constroem as bases espaciais concretas à proliferação do bolsonarismo”: 1) a expansão das commodities agrícolas e minerais; 2) a expansão do negacionismo como valor próprio deste tempo; e 3) a expansão e a instrumentalização da fé evangélica.

Esses processos são facilmente identificáveis na região. Assim, o território usado tem sido fortemente alinhado a esses processos que asseguram a dominação da psicofera sustentada pelo agronegócio, pela liberdade econômica e pelo conservadorismo cristão. Uma série de objetos e ações garantem o domínio da psicofera e a expansão das ideologias associadas ao bolsonarismo no Araguaia/Xingu-MT, entre os quais se destacam: o controle das rádios, tvs e mídias digitais de alcance local e regional; os *outdoors* de propaganda bolsonarista (Figura 3-A) e de exaltação ao agronegócio espalhados pelos municípios; as festas agropecuárias, os shows sertanejos e gospels patrocinados sobretudo pelas prefeituras municipais; a multiplicação das igrejas evangélicas neopentecostais e suas agendas; a expansão das escolas públicas militares e militarizadas; e o alastramento dos clubes de tiro (Figura 3-B).

Figura 3 – A – *Outdoor* de ‘apoio’ ao presidente Jair Bolsonaro em Bom Jesus do Araguaia. B – Clube de tiro *indoor* em Barra do Garças.



Fotografias do autor. Trabalho de campo (2022).

Ressalta-se que “a violência da defesa da propriedade privada é claramente mais sentida na Amazônia Legal”, onde se vê uma explosão dos clubes de tiro (Malheiro, 2023, p. 45). Ademais, evidencia-se a simbiose entre a ideologia armamentista e a representação política na fronteira. A solenidade de inauguração da franquia do clube de tiro *indoor* CTK em abril de 2022, no município de Barra do Garças, contou com a presença de agentes políticos das três escalas territoriais de Estado.

A estética armamentista forjada pela representação de uma munição de fuzil, com aproximadamente 10m de altura, figura-se como um objeto material que dá suporte ao domínio da psicosfera. São pelo menos mais dez clubes de tiro de campo ao longo da BR-158 no Araguaia/Xingu-MT que difundem práticas e discursos inerentes ao bolsonarismo. Os clubes de tiro representam apenas um elemento em meio ao conjunto de objetos e ações materializadas no território que constroem a hegemonia neoliberal na região que, em muitos aspectos, opera via fascismo, garantindo a expansão da fronteira do capital e fornecendo as bases para a representação política local.

O bolsonarismo é somente uma das facetas da profunda coalisão de poder político, econômico e ideológico que determina os pactos territoriais e a representação política no Estado brasileiro. A derrota de Jair Bolsonaro (PSL) para a chamada “frente ampla” que aliou os adversários históricos Lula (PT) e Alckimin (PSB), nas eleições de 2022, revela apenas uma outra faceta, mais à esquerda, dessa coalisão de poder que permanece com as mesmas bases estruturantes.

As eleições de 2020, no Araguaia/Xingu-MT, ocorreram sob a hegemonia política do bolsonarismo e podem ser entendidas como um evento que marca o auge da influência das ideologias de extrema-direita na política municipal nesse período. Soma-se a esse contexto, as particularidades do movimento da fronteira e dos pequenos municípios.

Com o calendário eleitoral alterado por conta da pandemia da Covid-19, as campanhas políticas ocorreram, contrariando as recomendações sanitárias oficiais sem grandes impedimentos. Entretanto, a expansão da cobertura de internet no Araguaia/Xingu-MT e o acesso às mídias digitais, ainda que com muitas limitações técnicas nas localidades menos dinâmicas, serviu como alternativa de propaganda eleitoral ante as aglomerações, ao mesmo tempo em foi instrumentalizada para a difusão do negacionismo e das notícias falsas disparadas com o patrocínio do empresariado bolsonarista. Isso influenciou fortemente as eleições locais em razão do controle discursivo na psicosfera, de modo que, a maior parte dos pleitos foram marcadas por disputas cujo eleitores entendiam o bolsonarismo como opção assertiva e atribuíam a adesão a esse horizonte político, vitória certa.

Nesse contexto, os agentes eleitos em 2020 reafirmaram o perfil de representante político expresso desde os processos de fragmentação nos períodos anteriores. É importante mencionar que, na fronteira, esse perfil se traduz na composição de grupos políticos locais que reproduzem as desigualdades sociais históricas do Brasil que “afetam profundamente o funcionamento da democracia e, nela, da representação política” (Miguel, 2014, p. 301).

Sobre esses grupos políticos, Miguel (2014) argumentou que

[...] há um ciclo de realimentação, em que os prejudicados pelos padrões de desigualdade têm maior dificuldade de se fazer representar (nos espaços formais e informais de deliberação) e, ao mesmo tempo, sua ausência nos processos decisórios contribui para a reprodução desses padrões. Elementos materiais e simbólicos se combinam para reduzir as possibilidades de ação política dos indivíduos de grupos prejudicados pelas desigualdades (Miguel, 2014, p. 301).

Ao analisar o perfil dos agentes políticos eleitos para os cargos do legislativo e do executivo municipal no Araguaia/Xingu-MT, infere-se que ele expressa tais desigualdades que se sobrepõem em detrimento da hegemonia neoliberal. Dessa forma, explanam-se algumas características desse perfil, a saber: gênero, idade, origem, escolaridade, cor/raça, partido político, ocupação e patrimônio.

Desde 2000, foram eleitos 150 agentes para o cargo de prefeito no Araguaia/Xingu-MT, incluindo as reeleições. Desse total, as mulheres tomaram posse apenas nove vezes. Nas eleições de 2020, as representantes femininas foram minoria em todos os cargos municipais.

Em 2020, dos 25 municípios, as mulheres foram eleitas prefeitas em apenas três. Outras seis se elegeram vice-prefeitas. Das 241 cadeiras nas câmaras municipais da região, somente 36 foram ocupadas por mulheres. Ainda que o sistema de cotas eleitorais em vigor no pleito de 2020 obrigue que no mínimo 30% das candidaturas para o legislativo sejam femininas e que elas recebam 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas, o sucesso eleitoral das mulheres não atinge esse número. Na prática, ocorrem diversas irregularidades, como as candidaturas ‘fantasmas’ e as fraudes na distribuição dos recursos de campanha.

Esses números revelam que o gênero se manifesta como uma desigualdade na política no Araguaia/Xingu-MT, assim como em outros espaços do território brasileiro. Ela reflete os padrões de exclusão das mulheres na sociedade como um todo, situação que vai ao encontro das proposições de Miguel (2014, p. 302) ao argumentar que elas “estão submetidas a múltiplas pressões que prejudicam sua constituição como sujeitos políticos”.

O autor afirmou que as mulheres, historicamente, são insuladas numa esfera doméstica que se manifesta em contexto separado do espaço público, assim, elas têm “seu tempo comprimido pela responsabilidade que precisam assumir na gestão do lar e no cuidado com as pessoas mais vulneráveis, controlam menos recursos econômicos, são estigmatizadas se assumem a defesa dos próprios interesses ou se participam da disputa pelo poder” (Miguel, 2014, p. 302-303).

Tradicionalmente, o poder local ‘reserva’ às mulheres, o papel de primeira-dama, geralmente desempenhado no âmbito da ação social. Com efeito, “as mulheres primeiras-damas constroem poderes

próprios junto às classes subalternas”, cujas “atividades assistenciais acabam dando legitimidade ao poder estatal local, em que a assistência social, [...] é associada à benesse dos governantes, sendo conduzida sob as velhas práticas paternalistas que ensejaram a institucionalização das primeiras-damas no Brasil” (Torres, 2002, p. 197).

Outro aspecto que se acrescenta ao perfil dos agentes políticos municipais se refere à questão da cor/raça. Os que os candidatos eleitos autodeclarados brancos constituem a maioria dos eleitos como prefeito, enquanto os que se autodeclararam pardos foram maioria para os cargos de vice-prefeito e vereador.

Não foi eleito nenhum prefeito autodeclarado preto ou indígena, havendo apenas uma candidata eleita que se identificou como amarela. Pretos e indígenas só passam a compor o gráfico de agentes eleitos quando se analisam os dados sobre vereadores, ainda assim, a soma de ambos não alcançou 15% dos eleitos. Esse dado corrobora com a afirmação de Miguel (2014) de que “por motivos históricos, a população negra e indígena tende a controlar uma parcela menor da riqueza material e sofrer os efeitos de um discurso racista, mais ou menos aberto, que deslegitima sua expressão” (Miguel, 2014, p. 303). Logo, é possível inferir que o reduzido número de candidaturas, bem como de representantes políticos autodeclarados pretos e indígenas eleitos, associa-se à deslegitimação da expressão desses povos.

Os dados referentes aos agentes eleitos que se autodeclararam pardos correspondem a 44% prefeitos eleitos, 60% dos vice-prefeitos, e 53,2% dos vereadores, revelando que a representatividade política da população negra no Araguaia/Xingu-MT acompanha os lentos avanços percebidos em escala nacional. Entretanto, esse avanço precisa ser problematizado à luz dos diferentes mecanismos que se associam nas eleições. Campos e Machado (2020 p. 123) pontuaram que, frente aos dados indicativos de maior representatividade política de pretos e indígenas, é necessário “questionar se a diminuição das desigualdades raciais não reflete uma mudança no padrão de classificação racial das candidaturas”.

Esse questionamento se sustenta na constatação de que se autodeclarar pardo ou preto promove vantagens aos partidos e candidatos, pois as ações afirmativas com vistas a reduzir as desigualdades raciais na representação política, promovem, por consequência, impacto nos financiamentos de campanha e no recebimento de recursos e doações. Esse fato somado à falta de rigor nos processos de autoidentificação das candidaturas abre margem para o falseamento e fraudes nas declarações, bem como para o registro de candidatos pretos e pardos com mera finalidade de alcançar o quociente. Logo, muitos candidatos eleitos,

que se autodeclararam pardos, poderiam, num processo de heteroclassificação, ser identificados como brancos (Santos, 2019).

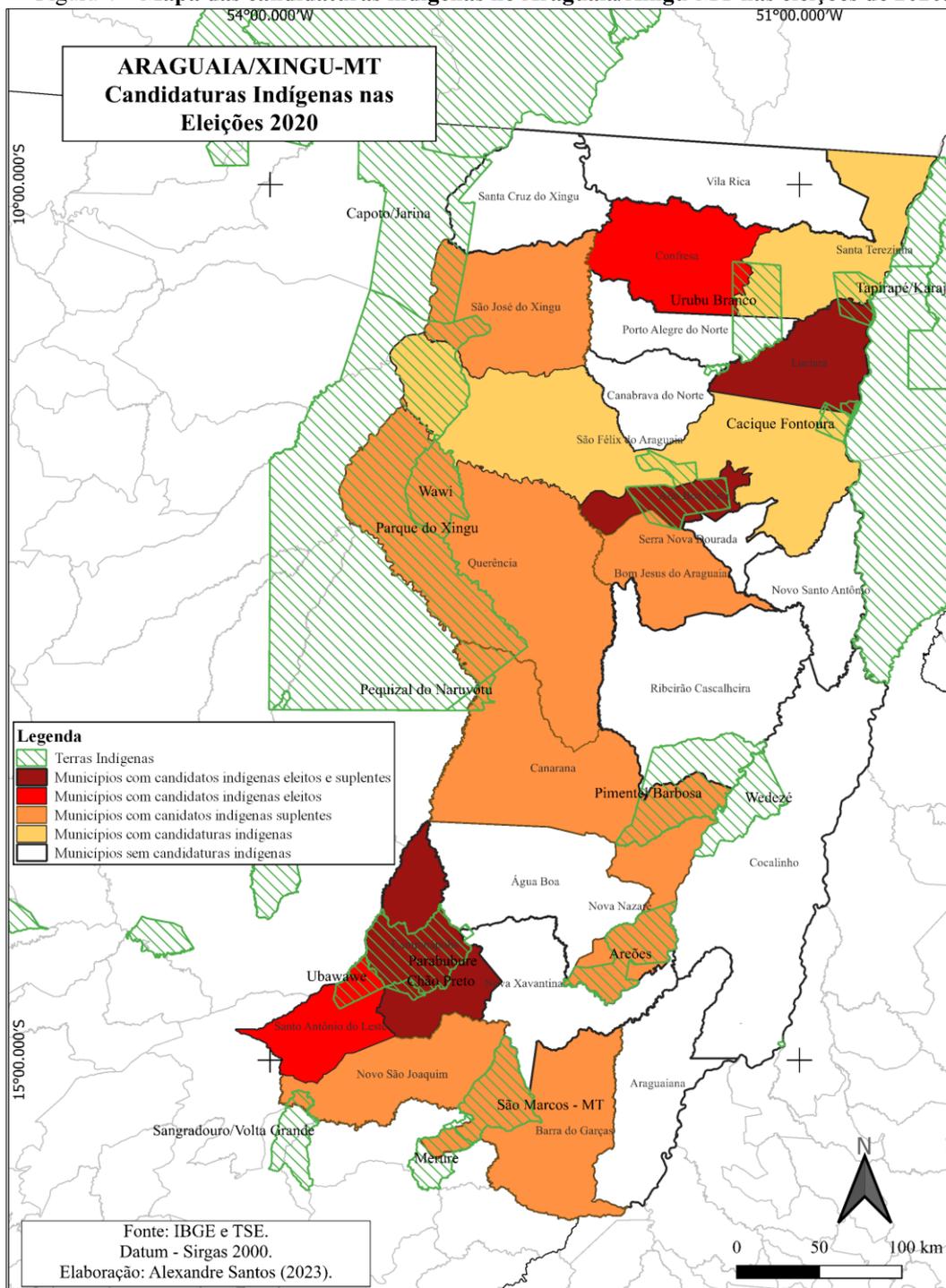
Ademais, deve-se o papel de candidaturas negras que “participam da disputa apenas para ajudar seus partidos a atingirem o quociente eleitoral” (Campos e Machado, 2020, p. 148). Campos e Machado (2020) afirmaram que as estratégias de burlar as políticas de redução da desigualdade racial na representação política, somadas ao contexto histórico do país, reduzem até 30% as candidaturas negras com “maior potencial de votação, por isso, são nos estratos superiores da competição que se percebemos menos candidatos(as) pretos(as) e pardo(a)s” (p. 148).

No que tange aos povos indígenas, pode-se afirmar que esse grupo social é o que, segundo Souza, Soares e Santos (2020, p. 236), apresenta “as maiores dificuldades para sua inclusão nas arenas de tomada de decisão política nos diversos níveis de governo”. De acordo com os autores, o pequeno crescimento da participação indígena na política possui evidências empíricas nos cargos vinculados ao plano local, sobretudo nos pequenos municípios.

Souza, Soares e Santos (2020) afirmaram que, após a Constituição de 1988, com a descentralização de recursos que tem acompanhado a gestão pública, “é no plano local que as lideranças indígenas têm conseguido de forma mais efetiva garantir acesso a recursos e repasses constitucionais, e podem pleitear dos governos municipais ações mais efetivas para melhoras a vida nas aldeias” (Souza, Soares e Santos, 2020, p. 268).

Em 2016, 28 candidatos(as) a vereadores(as) se autodeclararam indígenas, dos quais, três se elegeram nos municípios de Bom Jesus do Araguaia, Campinápolis e Canabrava do Norte. Nas eleições de 2020, o número de candidaturas subiu para 70, e foram eleitos sete vereadores nos municípios de Alto Boa Vista (1), Campinápolis (2), Confresa (1), Luciara (2) e Santo Antônio do Leste (1), além das 12 candidaturas que alcançaram a suplência em nove municípios (Figura 4).

Figura 4 – Mapa das candidaturas indígenas no Araguaia/Xingu-MT nas eleições de 2020.



Organização do autor.

O município de Campinápolis, que possui a maior população autodeclarada indígena do Estado de Mato Grosso, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, concentrou o maior número de candidaturas indígenas em 2020, somando 32 para vereador, 1 para prefeito e 1 para vice-prefeito. O único candidato indígena ao executivo no Araguaia/Xingu-MT, o bolsonarista, Pastor Serere Xavante (Patriota) recebeu

9,7% dos votos no pleito em que foi eleito o pecuarista Zé Bueno (DEM). Verificou-se que ele não prestou contas de sua campanha, e foi preso em dezembro de 2022 por envolvimento em protestos antidemocráticos em Brasília.

Como nesse caso, entende-se que a adesão política de parte dos povos indígenas ao bolsonarismo é resultado do próprio movimento de expansão da fronteira do capital. A inserção de agentes políticos indígenas no sistema eleitoral da democracia neoliberal/elitista brasileira vem se dando, majoritariamente, por meio de partidos do campo ideológico da direita, contradizendo as “expectativas quanto a conexão de candidaturas indígenas com legendas historicamente mais abertas às pautas e reivindicações sociais” (Souza, Soares e Santos, 2020, p. 279).

No Araguaia/Xingu-MT, os sete vereadores autodeclarados indígenas foram eleitos por sete siglas partidárias diferentes: PL, PP, PRÓS, PSB, PSC, PSDB e PV. Contudo, essa adesão aos partidos de direita e extrema direita não se limita a esse grupo, sendo um padrão de representação política repetido nas áreas de avanço recente da fronteira capitalista. Nos seis últimos pleitos, o PSDB, o MDB e o PPS foram os partidos que mais elegeram prefeitos, confirmando uma hegemonia dos partidos orientados pelas ideologias neoliberais.

A multiplicidade de legendas também revela um aspecto decisivo da representação política nos pequenos municípios: o personalismo. Azevedo, Silva e Alves (2020, p. 84) explicaram que, nesse modelo democrático, “as lideranças passam a ter maior impacto no eleitorado do que os partidos políticos”, logo, “a força personalista local é que define a adesão aos partidos” (p. 99). De acordo com os autores, “o personalismo da política eleitoral nos municípios [...] se constrói a partir de outras variáveis tangentes aos partidos, principalmente, um bom relacionamento com aqueles que ocupam alguma posição de liderança” (p. 85).

Todavia, o personalismo também promove a formação de alianças e coligações partidárias locais fortemente incongruentes com as ideologias e disputas partidárias no âmbito da política nacional. Kerbauy e Dias (2020) apontaram que a coordenação dos partidos na esfera local é muito distinta das estratégias que caracterizam a competição em âmbito federal. “O modelo federativo implica aos municípios uma conjuntura política própria, por vezes dissonante das alianças partidárias nacionais” (Azevedo, Silva e Alves, 2020, p. 80). As coligações são utilizadas como um recurso que “permite a inserção dos partidos nas regiões em que elas não demonstram força suficiente para eleger seus candidatos” (Kerbauy e Dias, 2020, p. 46).

No Araguaia/Xingu-MT, as pontuações de Kerbauy e Dias (2020) podem ser identificadas no fato de que, das 81 candidaturas a prefeito no Araguaia/Xingu-MT, 55 recorreram às coligações partidárias que obtiveram êxito em todos os municípios da região, com exceção de Novo Santo Antônio, onde o pecuarista Adão Belchior foi eleito isoladamente pelo DEM. Vale mencionar, ainda, as coligações ideologicamente contraditórias formadas por partidos políticos de diferentes campos como a coligação “O progresso continua” que reuniu PT, PSC, Podemos, Patriota e Solidariedade para eleger a Dra. Janailza prefeita de São Félix do Araguaia; e a coligação “Na luta pelo bem do povo” que agrupou PT, PP, Solidariedade e DEM para eleger Luzia Brandão a prefeita de Ribeirão Cascalheira.

Na fronteira, o personalismo se edifica principalmente a partir dos mitos desenvolvimentistas associados à economia política do agronegócio, tornando o partido e a coligação pelos quais o candidato concorre, aspectos de pouca relevância para o sucesso eleitoral. Dos 25 agentes eleitos em 2020 para o cargo de prefeito no Araguaia/Xingu-MT, 13 declararam ter a ocupação principal ligada ao agronegócio. Elegeram-se, também, políticos de carreira, advogados, médicos e outros trabalhadores que, em alguma medida, incorporaram os discursos que impõem o agronegócio como eixo estruturante do desenvolvimento local e regional.

Entre os eleitos, 13 declararam ser proprietários de terras no campo e na cidade. 12 declararam patrimônio superior a 1 milhão de reais, sendo terra, maquinário agrícola e gado, os principais bens mencionados (Quadro 1). Isso confirma a existência de um partido da terra, conforme defendeu Castilho (2012), ao mostrar a existência de um movimento de políticos brasileiros terratenentes, cuja estrutura tem sua base na política local: “das prefeituras às fazendas” (p. 11).

**Quadro 1 – Prefeito(a)s milionário(a)s eleito(a)s em 2020.**

<b>Município</b>	<b>Nome de urna</b>	<b>Partido</b>	<b>Profissão</b>	<b>Valor declarado</b>	<b>Seguimentos dos bens</b>
<b>Querência</b>	Fernando Gorgen	DEM	Produtor agropecuário	17.280.591,42	Terra e cotas em empresas agropecuárias.
<b>Nova Xavantina</b>	João Bang	PSB	Corretor	8.905.000,00	Terra e gado.
<b>Luciara</b>	Parassu	MDB	Pecuarista	8.327.000,00	Terra, gado e maquinário.
<b>Novo Santo Antônio</b>	Adão Belchior	DEM	Pecuarista	4.912.150,00	Terra, gado e maquinário.
<b>Campinápolis</b>	Zé Bueno	DEM	Pecuarista	4.520.189,33	Terra, gado e maquinário.

<b>Novo São Joaquim</b>	Leonardo Farias	PL	Comerciante	3.005.948,00	Terra e gado.
<b>Vila Rica</b>	Abimael	PL	Pecuarista	2.363.628,42	Terra e maquinário.
<b>São Félix do Araguaia</b>	Dra. Janailza	SD	Advogada	2.323.000,00	Terra urbana e rural.
<b>Porto Alegre do Norte</b>	Daniel do Lago	PDT	Administrador	1.640.000,00	Dinheiro.
<b>São José do Xingu</b>	Dr. Sandro	DEM	Advogado	1.370.000,00	Terra.
<b>Água Boa</b>	Dr. Mariano	MDB	Médico	1.259.743,66	Cotas de empresas médicas.
<b>Bom Jesus do Araguaia</b>	Mansão	PSB	Agricultor	1.186.102,67	Terra e gado.

Fonte: TSE. Organização do autor.

Considerando que a metodologia de coleta e divulgação dessas informações pelo TSE não é padronizada e não apresenta rigor quanto à verificação da autenticidade das declarações de bens, infere-se que os valores acima apresentados representam o mínimo do patrimônio real dos agentes. Ainda assim, eles são relevantes do perfil personalista que alcança êxito nas disputas pelo executivo municipal no Araguaia/Xingu-MT. Julga-se que um excelente exemplo desse personalismo político no Araguaia/Xingu-MT é o agricultor Fernando Gorgen, que se elegeu prefeito de Querência quatro vezes por quatro partidos diferentes: PPS em 2004, PR em 2008, PSB em 2016 e DEM em 2020. Gorgen, que declarou o maior patrimônio entre os prefeitos eleitos da região em 2020, já integrava a lista dos “maiores latifundiários” na política brasileira desde seus primeiros mandatos (Castilho, 2012).

A riqueza associada à propriedade de terras e ao agronegócio é um atributo significativo na representação política na fronteira capitalista, além de viabilizar a realização de campanhas eleitorais com mais recursos financeiros. A assimetria no controle dos recursos materiais é o lado mais evidente da desigualdade na representação política, “dando a alguns a possibilidade de intervir de forma mais eficiente nas disputas políticas” (Miguel, 2014, p. 302). Os resultados das eleições de 2020 mostram que não é regra que os candidatos eleitos sejam necessariamente aqueles com maior patrimônio declarado e/ou aqueles que gastaram mais em suas campanhas. Por isso, a capacidade de influência do poder econômico nas eleições está diretamente condicionada à capacidade de articulação política dos agentes.

Esses aspectos que caracterizam a representação política do executivo municipal no Araguaia/Xingu-MT, convergem no perfil médio de um homem branco com 45 anos de idade, migrante (apenas 5 são naturais da região, 18 são oriundos(as) de outros estados), que concluiu o ensino médio (11

possuíam ensino médio, 10 ensino superior), tem ocupação vinculada ao setor do agronegócio, é proprietário de terras, possui patrimônio milionário, é veterano na política (apenas 3 prefeitos eleitos em 2020 disputaram pela primeira vez) e se elegeu por partido político neoliberal/conservador. Quando se refere aos cargos do legislativo, esse perfil sofre pequenas alterações referentes ao gênero, à cor/raça, à ocupação e ao patrimônio, mas ainda conserva os aspectos estruturais da política brasileira.

De toda forma, o pleito de 2022 reafirmou o personalismo político construído a partir do domínio da psicosfera do agronegócio, como aspecto fundamental da representação política no Araguaia/Xingu-MT. Isso se aproxima do que Gussi (2009, p.174) chamou de representação corporativa, em que são rompidos “os limites da autonomia entre a Política e a Economia”.

A psicosfera do horizonte neoliberal (Pereira, 2021) tem impacto significativo na construção das subjetividades locais e, conseqüentemente, na legitimação do poder político. Vale ressaltar que “neste início de século XXI, as subjetividades de nossa época e a psicosfera que as orienta, funcionam como suporte e atendem aos desígnios de uma razão neoliberal e, em última análise, aos anseios da finança globalizada, dos estados e dos agentes de poder a ela associados” (Pereira, 2021, p. 276).

O conjunto de elementos que dá sustentação à psicosfera neoliberal engloba uma série de estratégias para a aceitação do modelo de desenvolvimento capitalista que concatena o domínio discursivo nos meios de comunicação, sobretudo os digitais, com o domínio estético que associa o setor do agronegócio com a modernidade e com o progresso. Esses elementos evidenciam que os agentes econômicos e políticos viabilizaram, via Estado, a difusão da economia política do agronegócio que se materializou na região. Dual e dialeticamente, por meio e a partir da expansão da tecnosfera e do uso estratégico da psicosfera para a aceitação desse setor como a única opção para desenvolvimento regional.

A dimensão corporativa do território usado no Araguaia/Xingu-MT dá o tom da representação política na região. Assim, a estruturação contínua do poder local como o terceiro processo inerente à municipalização do território está fortemente associada às determinações políticas e econômicas conduzidas por agentes e grupos sociais hegemônicos em escala global. Por isso, o município se torna um recurso de poder indispensável para o movimento de expansão da fronteira do capital.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises revelaram que a dimensão corporativa do território usado pelo agronegócio no Araguaia/Xingu-MT dá o tom da representação política na região. As eleições legitimam a subordinação do poder político ao poder econômico na representação política. O domínio da psicosfera faz a soldagem entre o poder político e o poder econômico determinando os grupos /regionais. O perfil médio dos prefeitos eleitos dos municípios do Araguaia/Xingu-MT em 2020 revela a hegemonia do poder econômico forjado no latifúndio e na economia política do agronegócio.

O processo de municipalização do território no Araguaia/Xingu-MT estimulado pelas políticas neoliberais de descentralização, consolidou a hegemonia corporativa como estruturante do poder local. O arranjo federativo e o modelo de democracia eleitoral em vigência no Brasil asseguram o controle dos recursos de poder aos agentes e grupos sociais hegemônicos viabilizando a reprodução do capital e a exclusão dos agentes e grupos sociais não hegemônicos do processo de representação política.

As ideologias geográficas conduziram o avanço da fronteira do capital sobre a região e consolidaram uma hegemonia política conservadora de poder essencialmente neoliberal. O domínio da psicosfera pelas ideologias geográficas neoliberais centradas, sobretudo, nos mitos do agronegócio, permitiu aos agentes econômicos desse setor a captura do poder municipal. O conjunto discursivo hegemônico garante a aceitação da tecnosfera fundada no modelo de uso corporativo do território pelo agronegócio e, conseqüentemente, fornece as bases para a representação política local. A adesão do setor do agronegócio ao bolsonarismo fortaleceu o campo da extrema-direita na região influenciando fortemente a representação e a ação política local e regional.

A participação dos agentes e grupos sociais hegemônicos na política municipal não altera, ainda, as estruturas do poder local. Os agentes políticos eleitos para os cargos estaduais e federais participam efetivamente da composição do poder local. Isso porque o poder local se estrutura a partir das articulações, das alianças, das disputas e do direcionamento das ações políticas e econômicas no âmbito da federação.

A representação política e as eleições municipais e gerais precisam ser investigadas no âmbito da rede territorial de poder político, econômico e ideológico com vistas a construir a contra hegemonia e garantir a função social do Estado pelo e para o povo.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando A.; SILVA, Joscimar S.; ALVES, Mércia. Pequenos municípios como dimensão do comportamento político: lideranças e opinião pública. In: LAVAREDA, Antônio.; TELLES, Helcimara. (org.). **Eleições municipais: novas ondas na política**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- BECKER, Bertha. A fronteira no final do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia brasileira. **Espaço e Debates**. N.º3, NERU, São Paulo, 1984.
- BERNARDES, Júlia Adão. Modernização: a lógica do capital e o direito dos excluídos. In: BERNARDES, Júlia Adão; ARRUZZO, Roberta Carvalho (org.). **Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- BERNARDES, Júlia Adão.; LOURENÇO, Taiana Ciscotto M. Estratégias territoriais da agricultura empresarial na fronteira agrícola moderna da BR-158 Mato-Grossense. In: ROSSINI, Rosa Ester.; MACHADO, Maria Rita Ivo.; SAMPAIO, Mateus de Almeida P. (Orgs.) **Terra e trabalho: territorialidades e desigualdades: volume II**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.
- CAMPOS, Luiz Augusto.; MACHADO, Carlos. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- CANUTO, Antônio. **Ventos de profecia na Amazônia: 50 anos da Prelazia de São Félix do Araguaia**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2021.
- CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. Meio de comunicação, democracia, autoritarismo e poder. In: MORAES, Dênis de (org.) **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional no Brasil. **Revista de Geografia (Recife)** v. 39, n. 2, p.290-305, 2022.
- ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. e-182640, 2021.
- GUSSI, Evandro Herrera B. **A representação política**. Tese (Doutorado em Direito do Estado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- KERBAUY, Maria Teresa M.; DIAS, André Luiz V. Eleições para cargos no executivo e no legislativo municipais no Brasil: desempenhos congruentes e incongruentes? In: LAVAREDA, Antônio.; TELLES, Helcimara. (org.). **Eleições municipais: novas ondas na política**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- LIMA, Ivaldo. Da representação política à política da representação: uma perspectiva geográfica. In: In: SANTOS, Milton.; BECKER, Bertha (orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

MALHEIRO, Bruno. **Geografias do Bolsonarismo**: Entre a expansão das commodities do negacionismo e da fé evangélica no Brasil. Rio de Janeiro: Amazônia Latitude Press, 2023. Edição do Kindle.

MARTINS, Carlos Estevam. **O circuito do poder**: democracia, participação, descentralização. São Paulo: Entrelinhas, 1994.

MELO, Vinícius. H.; FEITOSA, Gustavo. R. P. Coronelismo e a propriedade dos meios de comunicação: a influência da mídia no poder político. **Revista Videre**, [S. l.], v. 13, n. 28, 2021.

MENÊSES, Paula Regina Rodrigues. **Dom Pedro Casaldáliga**: os sujeitos e o lugar no Vale do Araguaia. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) –Universidade Estadual de Goiás, Goiás, GO, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação**: territórios em disputa. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PEREIRA, Mirlei Fachini V. Território e psicofera: o Brasil e os desafios sob o horizonte neoliberal. In: KAHIL, Samira P. (org). **O tamanho do Brasil**: território de quem? São Paulo: Editora Max Limonad, 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A fronteira amazônica mato-grossense**: grilagem, corrupção e violência. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

RIBEIRO, Ana Clara T. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara T. (org.). **Brasil, território da desigualdade**: descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

SANTOS, Alexandre Eduardo. **A municipalização do território no Vale do Araguaia-MT**: usos das terras, fragmentação e poder local na fronteira. 2023. 245f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2023.

SANTOS, Fábio Vidal. **A raça na casa do povo**: a atuação política dos deputados autodeclarados pretos e pardos. 2019. 217 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Carlos A. S.; SOARES, Leonardo B.; SANTOS, Rodrigo D. Candidatas e candidatos indígenas eleitos e não eleitos para as Câmaras Municipais do Brasil. In: LAVAREDA, Antônio.; TELLES, Helcimara. (org.). **Eleições municipais: novas ondas na política**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

SILVA, Glauco Peres. O espaço da eleição: a regionalização do voto como evidência informacional. In: RODRIGUES, Juliana.; MONTEIRO, Lício C. (org.) **Crise e reinvenção dos espaços da política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.